



ENCONTRO TÉCNICO PARA NUTRICIONISTAS DO PNAE - 2021

Padrão de Identidade e de Qualidade de
gêneros alimentícios da Agricultura Familiar

IVANIRA AMARAL DIAS

FNDE

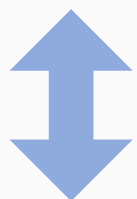
MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



Médico - sanitarista



Descrição **completa** e **correta** dos alimentos no termo de referências das chamadas públicas é essencial para aquisição de produtos que cumpram os parâmetros higiênico-sanitários requeridos pela legislação brasileira (Bandoni et al., 2014).

Segurança
do alimento

Segurança
alimentar

LOSAN



Comer envolve **crenças, prazer, valores, produção de identidade individuais e coletivas**. Neste sentido, a alimentação incorpora além da dimensão biológica, a do direito humano, sociopsicocultural, ambiental e econômica.





O que é padrão de identidade e qualidade?
Conjunto de atributos que identifica e qualifica
um serviço na área de alimentos (BRASIL, 1993).



MARCO LEGAL

As normas de qualidade, denominadas de Padrões de Identidade e Qualidade (PIQs), foram criadas na década pelo Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, estipulando regras para rotulagem e medidas sanitárias, e definindo ingredientes necessários e variantes permitidas para a classificação de um alimento numa categoria (BRASIL, 1969; David & Guivant, 2020).

EUA adotava regras desde 1938.

Na década de 1950, o Brasil regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal (BRASIL, 1950).

Essas normas dispõem sobre a defesa e a proteção da saúde individual ou coletiva, no tocante a alimentos, desde a sua obtenção até o seu consumo.



Alimentos

Ministério da Saúde
MS

Ministério do Desenvolvimento
Indústria e Comércio Exterior
MDIC

Ministério de Abastecimento Pecuária e
Agricultura
MAPA

Agência de Vigilância
Sanitária
ANVISA

Animal

Vegetal

Alimentos de origem
vegetal





Padrões de Identidade e Qualidade: desafios da regulação sanitária para segurança os alimentos da Agricultura Familiar

O que a gente também teve dificuldade no último chamamento foi com a carne de peixe em relação a exigências de rotulagem, vigilância sanitária, que tem aquela fiscalização. E assim a vigilância sanitária ela tem uma exigência não só em relação a esses produtos, em relação a qualquer item que seja ofertado. Eles fazem as visitas nas unidades e se tiver alguma coisa que não está correto eles vão impedir o fornecimento (G/G2).

Triches et al, 2019

Notei muitas mudanças. Aos poucos eles [agricultores] foram se adequando de acordo com as legislações vigentes, principalmente no que diz respeito à legalização de agroindústrias, a transporte de alimentos, à implantação de embalagens adequadas para acondicionar os alimentos produzidos, à implantação de rótulos nas embalagens (C. B. S., nutricionista, Rolante).

TRICHES, R.M. SCHNEIDER, S, 2010



Padrões de Identidade e Qualidade: desafios da regulação sanitária para segurança os alimentos da Agricultura Familiar

Breitenbach, R & Parizotto, J, 2020.

David & Guivant, 2020.

TRICHES, Rozane Marcia et al, 2019.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. 2015.

Rossetti, Francine Xavier, et al. 2016.

TRICHES, R.M. SCHNEIDER, S. 2010.

Belik W, Chaim NA. 2009.



Res. CD/FNDE 06/20

Integração de todos os agentes envolvidos na cadeia produtiva de alimento da Agricultura Familiar para alimentação escolar





BRASIL. Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro 1969. Institui normas básicas sobre alimentos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 8935, 21 out. 1969.

BRASIL. Portaria nº 1428, de 26 de novembro de 1993. Ministério da Saúde aprova, na forma dos textos anexos, o "Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos", as "Diretrizes para o Estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos" e o "Regulamento Técnico para o Estabelecimento de Padrão de Identidade e Qualidade (PIQs) para Serviços e Produtos na Área de Alimentos". Diário Oficial da União, Brasília, 2 dez. 1993.

BRASIL. Decreto nº 9.013, de 29 de março 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 mar. 2017a. p. 3.

Belik W, Chaim NA. **O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local.** Rev. Nutr. 2009.

Breitenbach, R & Parizotto, J., **Quais as potencialidades e entraves para o programa nacional de alimentação escolar em getúlio VARGAS/RS?** Desenvolvimento Regional em debate v. 10, p. 590-608, 2020.



BANDONI, Daniel Henrique et al. **Desafios da regulação sanitária para a segurança dos alimentos adquiridos da agricultura familiar para a alimentação escolar.** Revista Visa em debate. Saúde, tecnologia Ciência. v,.2(04):107-114, 2014

David & Guivant. **Os Padrões de Identidade e Qualidade dos Alimentos: uma Análise de suas Transformações no Brasil.** MEDIAÇÕES, Londrina, v. 25, n. 1, p. 247-264, jan-abr. 2020.

Rossetti, Francine Xavier, et al. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis.** Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 23(2):912-923, 2016.

TRICHES, R.M. SCHNEIDER, S. **Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção.** Saúde Soc. São Paulo, v. 19, n. 4, p.933-945, 2010.

TRICHES, Rozane Marcia et al. **Condicionantes e limitantes na aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Programa de Alimentação Escolar no estado do Paraná.** Redes, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 118-137, jan. 2019. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.11713>.

OBRIGADA!!!!

www.fnnde.gov.br

FNDE

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL